

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 547.976 - RJ (2019/0353803-9)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : SERGIO ALVES TEIXEIRA JUNIOR
ADVOGADO : SÉRGIO ALVES TEIXEIRA JÚNIOR - RJ103374
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : LEONARDO DE OLIVEIRA DA VICTORIA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LEONARDO DE OLIVEIRA DA VICTORIA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO, assim ementado (fl. 25):

HABEAS CORPUS. TRAFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO AO TRÁFICO. ADUZ O IMPETRANTE QUE O PACIENTE FOI CONDENADO PELA PRÁTICA DOS DELITOS PREVISTOS NOS ARTS. 33 E 35, AMBOS DA LEI 11343/06. AFIRMA QUE, DIANTE DA AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CUSTODIA CAUTELAR, O PACIENTE TEM O DIREITO DE AGUARDAR O JULGAMENTO DA APELAÇÃO EM LIBERDADE. DESASSISTE RAZÃO AO IMPETRANTE. PRIMEIRAMENTE, CUMPRE RESSALTAR QUE, NO QUE TANGE AO ORA PACIENTE, O COLEGIADO, NO DIA 30/07/2019, INDEFERIU O PEDIDO DE EXTENSÃO DA LIMINAR DEFERIDA NO HC 0036224-68.2019.8.19.0000. NO ENTANTO, NÃO SE TRATA DE COISA JULGADA, EIS QUE FOI INDEFERIDO O PEDIDO DE EXTENSÃO FORMULADO PELA DEFESA DO ORA PACIENTE POR SER DIVERSA A DECISÃO COMBATIDA, BEM COMO A MOTIVAÇÃO QUE A EMBASA, SENDO CERTO QUE O VÍCIO INSANÁVEL GARANTIDOR DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA JURISDICIONAL NO HC Nº 0036224- 68.2019.8.19.0000 RESIDIU NA DECISÃO ATACADA, PROFERIDA NOS AUTOS Nº 0116246-52.2015.8.19.0001, OU SEJA, A SITUAÇÃO FÁTICA É COMPLETAMENTE DISTINTA DA NARRADA NA INICIAL DO PRESENTE MANDAMUS. ASSIM, CONHEÇO DO HABEAS CORPUS. COM EFEITO, ENTENDO QUE NÃO DEVE SER CONCEDIDO O DIREITO DE O ORA PACIENTE APELAR EM LIBERDADE, SENDO CERTO QUE PERMANECEM ÍNTEGROS OS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. NO CASO CONCRETO, VISLUMBRO NÃO HAVER CONSTRANGIMENTO OU ILEGALIDADE NA HIPÓTESE DOS AUTOS.

CONFORME SE VERIFICA, O PACIENTE PERMANECIU FORAGIDO DESDE 2016, QUANDO FOI DECRETADA A SUA PRISÃO PREVENTIVA, EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO, DEIXANDO CLARO O INTUITO DE SE FURTAR À APLICAÇÃO DA LEI PENAL.

Superior Tribunal de Justiça

PORTANTO, COMO O PACIENTE ESTEVE FORAGIDO, A PRISÃO CAUTELAR É TAMBÉM MEDIDA QUE SE IMPÕE PARA ASSEGURAR A FUTURA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. NOUTRO GIRO, EVENTUAIS CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS DO DENUNCIADO, NÃO SÃO, PORTANTO, APTAS A REVOGAR A PRISÃO PREVENTIVA, UMA VEZ QUE ESTA ENCONTRA RESPALDO EM OUTROS ELEMENTOS DOS AUTOS. DENEGAÇÃO DA ORDEM.

O paciente foi condenado pela prática dos crimes tipificados nos arts. 33 e 35 c.c. art. 40, IV, ambos da Lei 11.343/2006, à pena de 10 anos e 7 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 655 dias-multa, negado o direito de recorrer em liberdade (fl. 63).

No presente *writ*, sustenta a ausência dos requisitos autorizadores da segregação cautelar, tendo o direito de aguardar o julgamento da apelação em liberdade. Requer a revogação da prisão preventiva ou a substituição por medidas cautelares diversas.

Em consulta ao processo n. 0514866-26.2015.8.19.0001, constata-se que o feito está aguardando o decurso de prazo para apresentação de razões de apelação pelo corréu, conforme informações disponíveis em 26/11/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos exigidos pelo art. 312 do CPP.

Proferida sentença condenatória o recurso em liberdade foi negado ao paciente sob a seguinte fundamentação (fl. 64):

Justifica-se a manutenção da prisão cautelar dos condenados, diante da latente periculosidade concreta, o que se verifica com as circunstâncias fáticas dos crimes a eles imputados, e por **integrarem a sociedade ilícita conhecida como 'comando vermelho', a qual vem exercendo domínio em diversas comunidades do Rio de Janeiro, causando desordem social pela venda de substâncias tão nocivas à saúde pública, e por transmitir temor à população local, a qual se mantém indefesa ante o poderio bélico da referida facção criminosa.** Tais circunstâncias fáticas, além de o caráter hediondo do crime de tráfico, justificam a manutenção da prisão preventiva dos condenados para garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal.
[...].

Superior Tribunal de Justiça

Como se vê, consta no decreto prisional fundamento que nesse juízo inicial deve ser considerado válido, porque se apontou a participação do paciente na *sociedade ilícita conhecida como 'comando vermelho', a qual vem exercendo domínio em diversas comunidades do Rio de Janeiro, causando desordem social pela venda de substâncias tão nocivas à saúde pública, e por transmitir temor à população local, a qual se mantém indefesa ante o poderio bélico da referida facção criminosa.*

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que justifica a prisão preventiva o fato de o acusado integrar organização criminosa, em razão da garantia da ordem pública, quanto mais diante da complexidade dessa organização, evidenciada no número de integrantes e a presença de diversas frentes de atuação. Nesse sentido: RHC n. 46.094/MG – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Sebastião Reis Júnior - DJe 4/8/2014; RHC n. 47242/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 10/6/2014; RHC n. 46341/MS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 11/6/2014; RHC n. 48067/ES – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Regina Helena Costa – DJe 18/6/2014. Igual posicionamento se verifica no Supremo Tribunal Federal, v.g.: AgRg no HC n. 121622/PE – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Celso de Mello – DJe 30/4/2014; RHC n. 122094/DF – 1ª T. – unânime – Rel. Min. Luiz Fux – DJe 4/6/2014; HC n. 115462/RR – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Ricardo Lewandowski – DJe 23/4/2013.

Assim, não se constata ilegalidade flagrante que justifique o deferimento da liminar, sendo necessária a apreciação aprofundada do *habeas corpus* por ocasião do exame de mérito.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator